

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 929944-5/2026**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada por **START BLUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** em face do Aviso de Dispensa de Licitação em epígrafe, cujo objeto consiste na *contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de monitoramento eletrônico 24 horas, com fornecimento de equipamentos em comodato, instalação, ativação, configuração, manutenção preventiva e corretiva de sistema de alarme e CFTV para a Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS.*

A impugnante sustenta, em síntese, dois pontos:

- a) a necessidade de exigência, na fase de habilitação, de registro da empresa no CREA e de responsável técnico com atribuições compatíveis com o objeto; e
- b) a existência de divergência entre quantitativos e especificações constantes das peças da contratação, especialmente quanto aos sensores magnéticos sem fio e sensores infravermelhos de presença.

Registre-se que a impugnante faz referência ao “pregão eletrônico nº 65/2024”, embora o conteúdo da insurgência permita identificar, sem dúvida, que o inconformismo se dirige ao presente Aviso de Dispensa de Licitação nº 929944-5/2026, tratando-se de erro material que não impede o conhecimento da impugnação.

É o relatório.

### **II – DA ADMISSIBILIDADE**

A impugnação deve ser conhecida.

Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo o pedido ser protocolado até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, cabendo à Administração divulgar a resposta no prazo legal.

Assim, presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço da impugnação.

### **III – DO MÉRITO**

No mérito, a impugnação merece parcial provimento.

#### **1. Da qualificação técnica – registro no CREA e responsável técnico**

O objeto da contratação não se restringe ao mero fornecimento de equipamentos ou ao simples monitoramento remoto, abrangendo também instalação, ativação, configuração e manutenção preventiva e corretiva de sistema de alarme e CFTV.

A Lei nº 14.133/2021 define serviço de engenharia como a atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter utilidade de interesse da Administração e que, não se enquadrando como obra, sejam estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de engenheiro, arquiteto ou técnicos especializados, compreendendo, entre outros, os serviços comuns de engenharia.

No caso concreto, a contratação envolve implantação e manutenção de solução integrada de vigilância eletrônica, com subsistemas de alarme, CFTV, sensores, alimentação elétrica, transmissão de sinais, configuração e integração de equipamentos. Em razão dessas características, e considerando a necessidade de resguardar a segurança jurídica da contratação, a adequada execução do objeto e a responsabilização técnica pelos serviços, mostra-se pertinente a exigência de registro da empresa no CREA, quando cabível ao objeto contratado, bem como de profissional responsável técnico legalmente habilitado, com atribuições compatíveis com as atividades efetivamente executadas.

Contudo, assiste razão à impugnante apenas em parte quanto à pretensão de restringir a responsabilidade técnica exclusivamente a “*engenheiro eletricista e/ou engenheiro eletrônico*”. A exigência deve recair sobre profissional legalmente habilitado

com atribuições compatíveis com o objeto, nos termos do respectivo registro profissional, sem restrição indevida de competitividade, observando as Resoluções do CONFEA.

Desse modo, o acolhimento do ponto impugnado deve ocorrer para determinar a retificação do instrumento convocatório, a fim de prever, na habilitação técnica, a comprovação de registro da pessoa jurídica no CREA, quando exigível em razão do objeto, e a indicação de responsável técnico legalmente habilitado com atribuições compatíveis com os serviços de instalação, configuração e manutenção do sistema, vedada formulação restritiva sem justificativa técnica específica.

## **2. Das divergências de quantitativos e especificações**

Neste ponto, a impugnação também procede em parte.

A peça impugnatória evidencia divergência objetiva entre as peças da contratação ao apontar que o texto do instrumento menciona, em um item, “50 sensores magnéticos sem fio (janelas)” e, em outro, “50 sensores infravermelhos de presença”. Trata-se de inconsistência material relevante, porque quantitativos e especificações do objeto devem ser claros, coerentes e uniformes em todos os documentos da fase preparatória e da seleção do fornecedor.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece a observância dos princípios do planejamento, da segurança jurídica, da competitividade e do julgamento objetivo. Nessa mesma linha, a regulamentação da fase preparatória exige adequada definição do termo de referência e compatibilidade entre os documentos que estruturam a contratação.

Havendo divergência entre especificações e quantitativos, impõe-se a correção prévia, sob pena de comprometer a formulação das propostas, a comparação objetiva entre elas e a futura execução contratual.

Assim, também neste ponto a impugnação deve ser acolhida para determinar a retificação do Aviso/Termo de Referência e demais peças pertinentes, com a uniformização dos quantitativos e das especificações dos itens de alarme e monitoramento, especialmente no que se refere aos sensores, de modo que todas as peças passem a refletir a mesma solução técnica.

## **3. Do erro material na referência ao certame**

Quanto à referência, na peça impugnatória, ao “pregão eletrônico nº 65/2024”, verifica-se tratar-se de erro material, pois o conteúdo do pedido identifica claramente a presente contratação. Tal falha não impede o conhecimento da impugnação nem prejudica a análise de mérito.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, **CONHEÇO** da impugnação apresentada por **START BLUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** e, no mérito, **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para:

- a) determinar a retificação do instrumento convocatório e de seus anexos, a fim de prever, na forma tecnicamente adequada ao objeto, exigência de comprovação de qualificação técnica compatível, inclusive com registro da empresa no CREA, quando exigível em razão dos serviços abrangidos pela contratação, e indicação de responsável técnico legalmente habilitado com atribuições compatíveis, vedada restrição indevida a título profissional específico sem justificativa técnica individualizada;
- b) determinar a correção e uniformização dos quantitativos e das especificações técnicas constantes do Aviso, Termo de Referência e demais documentos da contratação, especialmente quanto aos sensores magnéticos sem fio, sensores infravermelhos de presença e demais itens correlatos, a fim de eliminar ambiguidades e assegurar a exata compreensão do objeto;
- c) promover, após a retificação, a republicação do Aviso, com a reabertura do prazo pertinente, caso necessária para preservação da publicidade, da isonomia, da competitividade e da formulação adequada das propostas.

Publique-se.

Dê-se ciência à impugnante.

Após, providenciem-se as retificações cabíveis e a divulgação da nova data do certame.

São Gabriel do Oeste/MS, 16 de abril de 2026.

Rodrigo Aquino Rebello

AGENTE DE CONTRATAÇÃO